

# A MENTIRA NA POLÍTICA. REFLEXÕES QUANTO ÀS FAKE NEWS CONTEMPORÂNEAS À LUZ DE ENSAIO DE HANNAH ARENDT SOBRE OS DOCUMENTOS DO PENTÁGONO. AS LIÇÕES DA HISTÓRIA.

THE LIE IN POLITICS. REFLECTIONS ON CONTEMPORARY FAKE NEWS IN THE LIGHT OF AN ESSAY BY HANNAH ARENDT ON THE PENTAGON DOCUMENTS. THE LESSONS OF HISTORY.

Carlos Botazzo<sup>1</sup>

<http://orcid.org/0000-0002-8646-1769>

## RESUMO

O artigo é resultado de investigação feita entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023 que tomou o tema do Tradicionalismo e da emergência da extrema-direita ou direita alternativa (*alt right*) tanto no Brasil quanto nos países do hemisfério ocidental, sobretudo Europa e América do Norte. Procedeu-se à escansão de conceitos e categorias relacionadas a esse tema, entre as quais notícias falsas (*fake news*), discursos de ódio, sistemas de crenças, negacionismo científico, massa, povo, destituição de direitos e relações políticas e de poder, entre outras. A explanação é iniciada com a apresentação de eventos contemporâneos relacionados a essas categorias e, posteriormente, utilizando a técnica de escansões sucessivas, os conceitos e as categorias são decompostos e rearranjados em outra ordem de sentido, de modo a ressignificar termos e categorias originais. As considerações finais reforçam a proposição de que a teoria social deve ser modelada pela observação da realidade social contemporânea vivida pelo pesquisador no trabalho de investigação, seja ao expor o entendimento sobre as novas realidades impostas pelo mundo digital ou as realidades criadas como sociedade de informação, seja ao apresentar novas possibilidades de interpretação do que foi vivido. Do mesmo modo, expôs-se a articulação entre categorias como massa, multidão, manada e gado como componentes básicos da trama política na qual estamos enredados. Esse componente grupal expressa uma ideia potente de comunicação que torna as situações objetivas apreensíveis, como valores simbólicos e modos de ver compartilhados por meio da transformação da complexidade do real em categorias binárias simples.

**Palavras-chave:** Tradicionalismo; extrema-direita; política; comunicação; teoria social.

<sup>1</sup> Professor Associado Sênior. Departamento de Política, Gestão e Saúde, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. E-mail: botazzo@usp.br

## ABSTRACT

This article is the result of an investigation carried out between September 2022 and February 2023, which addressed the theme of Traditionalism and the emergence of the extreme right or alternative right (alt right) both in Brazil and in the countries of the western hemisphere, especially Europe and North America. Concepts and categories related to this topic were scanned, including fake news, hate speech, belief systems, scientific denialism, mass, people, destitution of rights and political and power relations, among others. The explanation begins with the presentation of contemporary events related to these categories and later, using the technique of successive scansions, the concepts and categories are decomposed and rearranged in another order of meaning, in order to re-signify terms and original categories. The final considerations reinforce the proposition that social theory should be modeled by observing the contemporary social reality experienced by the researcher in the investigation work, either when exposing the understanding about the new realities imposed by the digital world or the realities created as an information society or by presenting new possibilities of interpretation of what was experienced. Likewise, the articulation between categories such as mass, crowd, herd and cattle was exposed as roots components of the political fabric in which we find ourselves entangled, and this group component expresses a powerful idea of communication, which makes objective situations apprehensible as symbolic values and points of view shared by transforming the complexity of the real into simple binary categories.

**Keywords:** Traditionalism; extreme right; policy; communication; social theory.

## 1. PRÓLOGO

Em 13 de junho de 1971, o *The New York Times* divulgou a primeira de uma série de reportagens com um assunto que, desde essa edição, mexeu com a opinião pública norte-americana e com os nervos da comunidade de informações ianque. Tratava-se, simplesmente, de material confidencial subtraído dos arquivos do Departamento de Defesa com revelações estarrecedoras sobre a guerra que as forças armadas norte-americanas, desde 1955, vinham conduzindo no Vietnã.

Naquele momento, a guerra já entrava na rota final que, poucos anos depois, em abril de 1975, resultou no completo colapso das forças de ocupação, com as cenas dramáticas da evacuação de Saigon sendo rerepresentadas nas telas dos televisores em todo o mundo. A guerra, ela mesma, havia sido o assunto principal em todos os noticiários internacionais durante duas décadas e, como nenhuma outra, mobilizou e galvanizou governos, organismos internacionais, movimentos sociais e grupos políticos em escala mundial. Jovens norte-americanos preferiam a prisão a servir em uma guerra inglória e ilegal, mantida nessa condição enquanto durou, pois que jamais o Congresso norte-americano se manifestou

quanto a isso, ou seja, tratou-se de uma guerra não declarada, pois o governo a conduziu por mais de uma década sem que houvesse autorização formal do parlamento, condição inicial para o reconhecimento de uma situação de beligerância entre os dois Estados. Mesmo sem esse “detalhe”, os norte-americanos mobilizaram mais de 2.500.000 homens entre 1965 e 1975 (sem contar os dez anos precedentes), com quase 60.000 mortos, e uma quantidade de armamentos e de maquinário bélico jamais vista desde a grande guerra de 1939-1945. À guisa de comparação, o bombardeio aéreo do Vietnã do Norte, entre 1965 e 1968, consumiu mais bombas que tudo o que havia sido utilizado nos bombardeios aéreos contra as forças do Eixo – Alemanha, Itália e Japão –. Assim, afirmar que “nunca existiu em nenhum nível do governo tal desejo de destruição em larga escala, a despeito do aterrorizante número de crimes de guerra cometidos durante a guerra do Vietnã” (Arendt, 2018, p. 22), pode soar equivocado.

O relatório com o qual o *Times* iniciava a série foi elaborado por determinação de Robert McNamara, então Secretário de Defesa da administração Nixon, e cobria o largo período desde o fim da segunda guerra, em 1945, a 1968, no auge do envolvimento norte-americano na Indochina. Como posteriormente revelado, tratava-se de um estudo maciço, feito pelo Pentágono durante três anos, e demonstra que

[...] quatro administrações progrediram desenvolvendo um senso de compromisso com um Vietnã não comunista, uma prontidão para lutar contra o Norte para proteger o Sul. [...] [o relatório sugere] que o interesse americano predominante era em primeiro lugar a contenção do comunismo e, mais tarde, a defesa do poder, influência e prestígio dos Estados Unidos, em ambas as etapas, independentemente das condições do Vietnã (Mattos; Carpes; Tessari, 2020, p. 3).

O vazamento deveu-se a Daniel Ellsberg, alto funcionário do Pentágono, um *falcão* que se convertera ao pacifismo na onda dos gigantescos protestos internos e mundiais contra a barbárie que aquilo tudo representava. O caso é que os *papéis* não apenas apontavam o envolvimento dos norte-americanos na Indochina mas também revelavam as origens desse envolvimento, desde 1945, relatando a ajuda à França, finalmente rendida em 1954 na batalha de Diem Bien Phu, e daí em diante, a despeito de todas as tentativas de afirmar o contrário, o progressivo aumento da presença militar dos Estados Unidos na península, afetando a situação de outros países, com bombardeios no Laos e no Camboja e o aumento das tensões com China, União Soviética e Coreia do Norte. Além disso,

A divulgação dos documentos do Pentágono agitou a controvérsia nacional e, de fato, internacional, porque ocorreu após vários anos de crescente dissensão sobre a justificativa legal e moral da intensificação das ações dos EUA no Vietnã. As divulgações e sua publicação continuada, apesar da classificação secreta, foram embaraçosas para a administração do Pres. Richard M. Nixon, que estava se preparando para buscar a reeleição em 1972. Tão angustiantes foram essas revelações que Nixon autorizou esforços ilegais para desacreditar Ellsberg, esforços que vieram à tona durante a investigação do escândalo de Watergate (Romano, 2019).

Os documentos revelavam mais: fraude e conspiração, ocultação de fatos que podiam ser constrangedores e que, no fundo, poderiam comprometer a posição dos Estados Unidos no mundo, mas que antes de mais nada comprometiam a posição dos sucessivos presidentes norte-americanos em sua companhia para a afirmação da hegemonia militar norte-americana no plano internacional.

De certo, Hannah Arendt (2018) fez um dos melhores estudos sobre os Documentos do Pentágono. Nesse caso, tal como antes ocorrera com *Eichmann em Jerusalém* (Arendt, 1999), livro no qual a autora desenvolve seu controvertido conceito de *banalidade do mal*, houve críticas e polêmicas quanto ao modo como tratou o escândalo dos “papéis”. Ademais, é preciso ressaltar suas principais contribuições na discussão do tema, um dos mais espinhosos na análise do desempenho de governos, tanto antes como agora.

Em síntese, ela explica que o material foi elaborado tendo em vista os seguintes propósitos: 1) convencer o inimigo de que ele não poderia vencer; 2) [já que o inimigo permaneceu não convencido] evitar uma derrota humilhante [para os USA]; 3) [mas, em caso de retirada das tropas] embora difícil, retirar as tropas sem admitir a derrota; 4) [a meta é] mostrar ao mundo até onde é possível ir para defender um país amigo. Dirá ainda a autora que “todos esses objetivos existiam juntos, de um modo muito confuso”. Ela conclui que os *Documentos do Pentágono* “relatam exatamente o apavorante medo do impacto da derrota, não para o bem-estar da nação, mas para a reputação dos Estados Unidos e seu presidente” (Arendt, 2018, p. 23).

Na introdução da longa análise que se seguirá, a autora argumenta no sentido de confrontar o crédito dos agentes públicos em face do uso deliberado de mentiras e informações falsas, promovido pelo grupo de intelectuais – 18 civis e 18 militares – implicados na elaboração do enorme relatório. Ela apontará o dedo:

O redemoinho de declarações falsas de toda ordem, embustes e mesmo autoembustes, está pronto a engolir qualquer leitor que pretenda pesquisar este material, o qual, infelizmente, deve ser reconhecido como tendo sido a infraestrutura da política interna e externa norte-americana por quase uma década (Arendt, 2018, p. 14).

Naturalmente, não há como não associar essa afirmação com os eventos observados na história recente do Brasil, quando o governo e seus membros desmentiam pela manhã o que havia sido falsamente afirmado na noite anterior e, antes que terminasse o dia, nova catadupa de invectivas era disseminada nas redes sociais. No Brasil, também, “a falsidade deliberada e a mentira descarada” foram usadas como se fossem “meios legítimos para alcançar fins políticos” (Arendt, 2018, p. 14). A verdade, ela completará, “nunca esteve entre as virtudes da política” (Arendt, 2018, p. 15).

Na sequência, será visto como a aceleração da história, própria destes tempos neoliberais e de máxima fragmentação, impôs novas realidades e veio a colocar o mundo de cabeça para baixo. Inicia-se com a explanação das categorias que formam o arcabouço discursivo da contemporaneidade, e, na sequência, proceder-se-á à escansão das

categorias principais – notícias falsas, realidade paralela, extrema-direita e Tradicionalismo –, escansões que, de certo modo, aparecem neste estudo “como trabalho de transformação teórica” (Foucault, 1985, p. 6-7).

## 2. A ACELERAÇÃO DA HISTÓRIA

Os dias que correm são turbulentos. Pode-se julgar se são muito ou pouco e qual a significação, mas é inegável haver turbulência em nossas vidas, vórtices que agitam o ar que respiramos, que a tudo impregna e nos impressiona de modo permanente. Sentimos como se houvesse contaminação ao redor, um som, um cheiro que sai do ralo da existência e que gruda na pele e dimensiona o subconsciente, pois nossos sonhos passaram a ser habitados com mais frequência por seres estranhos, os mesmos que nos causam sobresaltos quando estamos em vigília e, agora, também fazem-se presentes mesmo quando estamos desatentos ou dormindo.

Assim, cada vez mais parece haver concretude na proposição derradeira de Eric Hobsbawm: a de que vivemos em tempos fraturados. Ele inicia seu último livro considerando a transformação sísmica global “que a humanidade tem vivido desde que a Idade Média terminou bruscamente [...] quando as regras e convenções que governavam as relações humanas se desmancharam para todo o resto” (Hobsbawm, 2013, p. 9). Então, prossegue afirmando que o livro que acabara de escrever “se refere a uma época da história que perdeu o rumo e que, nos primeiros anos do novo milênio, com mais perplexidade do que lembro ter visto numa já longa vida, aguarda, desgovernada e desorientada, um futuro irreconhecível” (Hobsbawm, 2013, p. 10).

Proféticas palavras, se posso assim dizer, e isso vindo da pena de um autor que já antes se caracterizara por diminuir ou aumentar a frequência do tempo em consonância com eventos históricos, ele que, como historiógrafo, fez encurtar o século XX e nos colocou face a face com revoluções e outras grandes rupturas na enganadora “marcha incoercível” da sociedade humana em direção ao progresso.

Então se, perplexos, perdemos o rumo, haveria de se buscar ou ao menos compreender o conteúdo de tal perplexidade, do que se compõe ou de como veio a ser como é, sua própria condição de possibilidade. Em primeiro lugar, acreditamos ser relevante realçar que o “mundo” não perdeu o rumo por inteiro, ou seja, nem todo o planeta deu-se ao luxo de perder a cabeça, pois parece que, outra vez, estamos lidando com fenômenos circunscritos ou que têm uma localização geopolítica definida e que são tratados como se fossem *universais*.

Estender um conteúdo *local* e lhe dar um caráter *universal* é a base das culturas imperiais ou imperialistas. Foi assim com o Império Romano e antes, e de certo modo, com os gregos. Contemporaneamente, confirma uma tendência ocidental pela afirmação incessante de que por estas paragens tudo se desenvolveu por completo e que nada do que existe em outras latitudes ou pertence a outros povos e culturas pode ser comparado

ao que se encontra por aqui, numa longa lista de coisas ou situações, que inclui desde a ciência e as artes até a economia e, naturalmente, o poder militar. Esses componentes, afirmados como qualitativamente superiores, vieram a configurar aquilo que Weber (1992), incisivamente, denominou de “Ocidente”, no fundo, o lugar onde o sol se põe. Como se houvesse uma “ávida necessidade de mitos destinados a fundamentar seu poder”, desse modo, o hemisfério de cá considera-se o “centro do globo, a terra natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade” (Mbembe, 2022, p. 29).

Wallerstein (2007), por sua vez, caracteriza o Ocidente como um conceito construído no processo de conquista dos povos da América – que obviamente não respondia por essa alcunha mais tarde criada – pelos espanhóis e portugueses, e logo a seguir por holandeses, franceses e ingleses. Todavia, para Wallerstein, foram os espanhóis e os portugueses que deram o delineamento e as condições geopolíticas que definiram, no tempo, como se conformariam os novos territórios deste lado do mundo ou a *banda occidentalis* de um planeta agora redondo.

É certo que a espoliação da América, de seus povos e suas terras foi marcada nessa condição até meado do século XIX, quando então se acelerou o processo de ocupação do continente africano pelas potências europeias, concluída a partilha imperial na conferência de Berlim, em 1875, e, um pouco antes, a conquista de novos territórios no Oriente, particularmente a Índia e a China. Foi depois das Guerras do Ópio, entre 1842 e 1860, que a divisão do mundo em Ocidente e Oriente foi introduzida no léxico da geografia ou, mais especificamente, da geopolítica, completando e fixando a supremacia política, econômica e militar da Europa em relação ao resto do mundo.

A independência americana, em 1776, iria tornar os Estados Unidos um novo membro da confraria, mas isso só tomaria rumo quase um século mais tarde, terminada a Guerra de Secessão (1861-1865). Os países de um lado e do outro do Atlântico Norte viriam a formar a aliança que, nestes últimos 80 anos, estendeu a presença e a hegemonia militar incontestada dos norte-americanos para todos os continentes e mares, secundados pelas antigas potências europeias, e todos em conjunto se apresentam como Ocidente e é com essa roupagem que aparecem como polo dominante ou como Império, conforme – desde o colapso da União Soviética – se convencionou denominar os Estados Unidos da América, “um momento interpretado por muitos como a vitória final da democracia liberal do Ocidente” (Teitelbaum, 2020a, p. 50). Ou seja, trata-se de vitória do livre mercado, da livre empresa e do livre empreendedorismo, política liberal antes e neoliberal depois.

De todo modo, esta parte do mundo – que Losurdo (2020, p. 215) chama de “mundo de língua inglesa” ou “povo branco de língua inglesa” – tem por característica apresentar-se como cristã, o que define a um só tempo sua cultura e a civilização que pretende exportar para o resto do mundo. De longe, este é o único lugar em que os povos que nele habitam têm como dispositivo organizador e fundante de sua subjetividade o princípio da culpa originária, a Queda ou pecado original, e este enxerto psíquico, oriundo de escritos de antigos povos nômades da Mesopotâmia e do Egito, teve e continua tendo particular influência nas inclinações de homens e mulheres que contemporaneamente habitam

esta banda do planeta. Embora as culturas locais e outras civilizações continuem vivas e pulsantes ao redor do mundo, esta, do Ocidente, tem a pretensão de ser a “verdadeira”, porque “universal” (*catholicus* ou *katholicós*), e já de pronto superior a todas as demais. Dito de outro modo, o que está em causa é a caracterização da expansão do Ocidente a partir de sua matriz religiosa, por meio da justificativa ideológica de que a missão ocidental, mais especificamente a do mundo latino e cristão (Sacro Império Romano e sucedâneos), é a difusão da fé. Ao início das “descobertas”, era sob o manto da religião de Roma e, logo depois, no início do século XVI, em 1531, com Lutero, o eixo deslocou-se para o Norte.

A partir desse raciocínio, pode-se perceber que muito daquilo que nossa cultura contemporânea afirma, define ou difunde, antes, diz respeito familiarmente a coisas “nossas”, portanto, ocidentais, e por isso mesmo de escassa ou mesmo duvidosa existência em outras latitudes. As políticas neoliberais ou a economia política global, aqui assentadas faz quatro décadas, elevaram o tom discursivo de líderes e comunicadores sociais que entendem que as nações deveriam seguir todos os postulados que as democracias ocidentais professam, sob pena de não saírem do seu milenar atraso. Enfim, é fato que de um modo ou de outro aumentou a exploração dos povos do Sul político e epistêmico (Santos; Meneses, 2010), com aumento da pobreza e, concomitantemente, da concentração de riqueza, o que tornou esta quadra humana, em nível planetário, particularmente pródiga em produzir quantitativo espantoso de bilionários, talvez em número maior que em toda a história econômica anterior (O Estado de São Paulo, 2023). A recente pandemia do Sars-CoV-2, a covid-19, apenas confirmou que se acumula muito, e tanto melhor ou indiferente se for à custa do sofrimento do outro.

A globalização, de que se vangloriam as elites políticas do Ocidente, e segundo sua ótica particular, veio para ficar. É forma superior de relação internacional – assim o afirmam – porque tem na potência hegemônica força suficiente para impor suas regras sem contestação. Ao menos até agora. No entanto, o próprio Ocidente tem pagado um preço elevado para manter o bloco coeso. Melhor dito, os países e os povos que se acham conscritos nesta geopolítica vivem hoje uma crise sem precedentes: crise de representação, de identidade, financeira, crise de credibilidade, de valores (Hardt; Negri, 2014, p. 21). As velhas regras da solidariedade social foram rompidas em nome da eficiência do modelo, e isso levou milhões no caminho do desamparo.

Finalmente, a desconfiança nas instituições e nos governantes conduziram regimes ocidentais a formas de autoritarismo que muitos julgavam banidas. A democracia liberal, que emergiu forte no pós-segunda guerra, com base numa política de defesa das instituições, das eleições regulares, da livre iniciativa e das finanças, tudo isso sob a proteção do Estado, acha-se colapsada. Enfrentam-se guerras atrozes, violência de gênero, comunicação social dominada pela mentira (o nome real da pós-verdade), transformação dos cidadãos comuns em números, a cultura dominada por formas chulas de entretenimento, “construída sobre o estímulo de nossos baixos instintos e a comercialização de nossos demônios”. Manuel Castells aponta o dedo:





Uma crise ainda mais profunda, que tem consequências devastadoras sobre a (in)capacidade de lidar com as múltiplas crises que envenenam nossas vidas: a ruptura da relação entre governantes e governados. A desconfiança nas instituições, em quase todo o mundo, deslegitima a representação política e, portanto, nos deixa órfãos de um abrigo que nos proteja em nome do interesse comum. [...]. A ruptura é mais profunda, tanto em nível emocional quanto cognitivo (Castells, 2018, p. 7-8).

Autores de diferentes colorações sociopolíticas caracterizam esse novo tempo cataclísmico: 1) ponto zero apocalíptico (Zizek, 2012); 2) neoliberalismo como crise do homem contemporâneo (Hardt; Negri, 2014); 3) desintegração do sujeito (Klein, 2007); 4) critérios objetivos para propagar a pós-verdade ou formas sistemáticas de convencimento pela desinformação (Chomsky, 2014). As diferentes perspectivas apontam uma única direção: o colapso da democracia liberal não pode ser compreendido sem que se leve em conta o colapso da União Soviética e o correspondente bloco do “socialismo real”. Sem esse contrapeso, ou seja, sem o oponente, o bloco ocidental dominante passou a funcionar como uma biruta de aeroporto. A crença no fim da história resultou no agravamento das tensões intracapitalistas e a um só tempo criou condições profícuas para o aprofundamento do desmonte da política social que havia sido a marca da Europa Ocidental desde o fim da grande guerra de 1945. Agora, não apenas foram para o lixo os sistemas de seguridade social como também o capital privado pôde avançar sobre ativos públicos, sem exceção leiloados a bom preço. O custo do financiamento do Estado tornou-se matéria relevante e do mesmo modo incessantemente foram criados os dispositivos de convencimento – midiáticos sobretudo, mas igualmente igrejas e círculos sociais de influência –, de que o *custo dos pobres* era insuportável diante de um mundo em crise. Assim, o caminho para finanças sadias passava em geral pelo corte dos recursos da seguridade, o que implicou a redução de recursos para educação e saúde e, mais do que nunca, a redefinição dos contornos dos sistemas de aposentadoria e pensões quanto a tempo e valor das contribuições, idade mínima para se aposentar, valores da aposentadoria e outros. Os sindicatos acabaram devastados ou reduzidos a insignificâncias. Em todos esses casos, a massa trabalhadora saiu perdendo. O sistema financeiro produziu novos bilionários como nunca antes na história, sinal mais que evidente da enorme concentração de renda que o neoliberalismo provocou. Ou seja, transferência acelerada da renda dos países pobres para os países centrais, e mesmo de suas populações marginalizadas e a cada vez mais espoliadas.

Assim, longe de resolver a grande crise de 2008, sobretudo a que se abateu sobre o Ocidente (mas que de tantos outros modos atingiu igualmente o mundo globalizado), as providências adotadas foram como que gasolina na fogueira. A crise se aprofundou e veio a causar mais devastação. É nesse contexto que a confiança das massas no sistema erodiu, sem que as esquerdas conseguissem oferecer opções válidas que não fosse a de tornar legítimo justo esse mesmo sistema que é, no fundo, o causador da crise. Ou seja, os partidos de esquerda, sem perspectiva possível depois do colapso do *socialismo real*, têm conseguido, no máximo, defender um modelo de Estado que já não mais pode responder por qualquer tipo de proteção nem oferecer opções válidas ao conjunto da sociedade,

salvo a guerra, uma das poucas atividades que pode gerar renda direta ao complexo industrial-militar e garantir a manutenção de uma ordem que cada vez é mais contestada.

A onda mundial de protestos de massa, iniciada com a *primavera árabe* de 2010, veio para marcar a época. A ela se seguiram muitas outras, e com variedade de motivos, como as de França, Espanha, Itália e Alemanha; as da Inglaterra na questão do Brexit; as do Brasil em 2013; as da Ucrânia em 2014. O desemprego, o empobrecimento e o aumento real ou percebido da insegurança social conduziram as massas nesses países a ocuparem as ruas, onde puderam expressar seu desencanto com um sistema político que já não as representava nem podia apresentar qualquer proposta que funcionasse como alternativa válida. Alguns autores, como o próprio Castells (2018), reforçam a ideia de que esses protestos tiveram nítido caráter contra o *establishment*, embora também seja provável – no sentido de poder ser provado – que nem de longe tiveram a marca do espontâneo, como se quis divulgar nas mídias. Muitos desses protestos foram organizados, influídos ou suportados por instituições civis conservadoras dos EUA (*Students for Democracy*, *Rand Corporation*, *National Endowment for Democracy* e outras) como formas de intervenção indireta em assuntos internos de países, caso nítido de Egito, Líbia, Tunísia e, mais recente, da Ucrânia. De qualquer maneira, em todos eles, as palavras de ordem exprimiam a ideia de que a *velha política*, ou seja, a que veio desde 1945, havia se esgotado. Em países específicos, caso do Brasil e da Ucrânia, pode-se argumentar que não se tratava de pôr fim à velha política e sim de impedir mudanças em curso.

### 3. O AGRAVAMENTO DAS CRISES E A EMERGÊNCIA DA NOVA DIREITA

A ideia de que é possível impor à sociedade a redução de direitos gerais e mesmo de direitos políticos clássicos como informação, opinião, palavra, ir e vir e, por estranho que possa parecer, o de presunção de inocência e o *habeas corpus*, tomou concretude logo mal decorridos os primeiros meses do século XXI. O controverso atentado às torres gêmeas de Nova York produziu o efeito esperado (se era esperado algum efeito de evento tão imprevisível quanto inimaginado) e que tem um único axioma: em determinadas circunstâncias, traduzidas como ameaça à segurança individual e coletiva, os cidadãos estão dispostos a perder direitos se essa perda for compensada com a afirmação do governo em garantir a estabilidade social, em geral, a garantia da propriedade e de outros bens materiais. Se de fato ou fantasia, é questão diversa.

O Estado policial ou Estado de segurança instala-se com poucas coisas além do arcabouço legal previamente existente. No caso dos EUA, naquele episódio, o presidente Bush fez passar o *Patriotic Act*, que simplesmente autorizava prisões ilegais e suspendia o *habeas corpus*, um retrocesso à luz do direito internacional antes impensável. Basta haver medo na sociedade, difuso, incerto, impalpável, e basta usar as palavras corretas: terrorismo, islamismo, africanos, imigrantes, crise, desemprego. Traduzindo: política de segurança nacional ou Estado de Exceção.

Em *Doutrina do Choque*, Naomi Klein aposta nisso. Ela afirma que quando os governos desejam adotar regras fortemente impopulares, tipo a retirada de direitos trabalhistas ou corte nos salários, ou ainda a supressão de direitos civis, as novas normas serão aceitas desde que, previamente, a sociedade tenha sido sacudida por eventos de violência cataclísmica, em face aos quais são produzidos vínculos ou relações de causalidade com as novas políticas. Dizendo de outra maneira, choque. Assim seriam os golpes de Estado sangrentos, tipo a derrubada de Allende no Chile, em 1973; o processo de dissolução da União Soviética, em 1991; a invasão da Iugoslávia, em 1999; a guerra das Malvinas (ou Falklands), em 1982, que ofereceu a Thatcher o *leitmotiv* para esmagar sindicatos no Reino Unido; ou a Reagan as condições de endurecimento interno e externo nos Estados Unidos) ou a invasão do Iraque em 2003 (Klein, 2007). Em todos esses casos, as novas autoridades implementaram políticas neoliberais extremas, com a “privatização de quase tudo”, o que fez aumentar a insegurança social para graus jamais vistos no Ocidente e a pôr em risco a saúde pública, com aumento expressivo nos indicadores de morbimortalidade, ou seja, aumento de doenças e da mortalidade geral, particularmente a infantil e a de idosos (Stuckler, 2013).

Todo esse período, enfim, é marcado pela introdução da comunicação digital, expressivamente manifesta na vida cotidiana das pessoas desde a década de 1990. Onipresentes na produção, nos serviços, no entretenimento e nas relações interpessoais, a digitalização é a marca por excelência deste novo tempo e as redes o modo preferente de organização de gigantescos fluxos de informação em todos os lugares, cidades, países e continentes. Tal tempo é caracterizado como *cultura das mídias* e também *era digital*, percebida como “uma formação cultural [que] está nos colocando não só no seio de uma revolução técnica, mas também de uma sublevação cultural cuja propensão é se alastrar tendo em vista que a tecnologia dos computadores tende a ficar cada vez mais barata” (Santaella, 2003, p. 28).

Essa sublevação cultural veio a significar novos processos de comunicação e informação que emergiram e se tornaram cotidianos em velocidade espantosa, tendo penetrado em todos os âmbitos das relações sociais, e isso por uma simples razão: o fato de que a unidade-informação, diferentemente da unidade-mercadoria ou unidade-dinheiro, não é uma *quantidade conservada*, ou seja, acumulável. Como diz Santaella, “Uma diferença significativa entre informação e bens duráveis está na replicabilidade. Informação não é uma quantidade conservada. Se eu lhe dou informação, você a tem e eu também. Passa-se aí da posse para o acesso” (Santaella, 2003, p. 28).

A posse vasculha presenças – estar conectado – enquanto o acesso vasculha padrões, que significa, contemporaneamente, formação de aglomerados de informação com base em algoritmos. Essa qualidade, digamos assim, é que sustenta a formidável replicabilidade ou o amplo acesso de informação, configurado por um novo atributo de organização: a formação de redes. Mas não se trata apenas de redes de comunicação em sentido estrito de meios, pois estas que vieram a se formar foram rapidamente semeadas por processos de produção, distribuição e consumo de comunicação, como consumo de massa.

Tais processos puderam finalmente expressar uma nova realidade social com base na linguagem ou em novas linguagens, ultrapassando a leitura estreita que afirmava o meio como equivalente à mensagem. Em outras palavras,

[...] creio que devemos tirar a ênfase que se costuma colocar nos meios e nas mídias em si para trazer à baila outras determinações que tendem a ser ocultadas pelo fetiche das mídias. Entre essas determinações, aquela que é central à comunicação e à cultura é a determinação da linguagem. [...] McLuhan insistia na impossibilidade de se separar a mensagem do meio, pois a mensagem é determinada muito mais pelo meio que a veicula do que pelas intenções de seu autor. Portanto, em vez de serem duas funções separadas [meio e mensagem] [...] considerar que as mediações sociais vêm das mídias em si é incorrer em uma ingenuidade e equívoco epistemológicos básicos, pois a mediação primeira não vem das mídias, mas dos signos, linguagem e pensamento, que elas veiculam [...] (Santaella, 2003, p. 24-25).

Mais adiante, retoma-se o problema das redes, mas agora vale manter-se nesse aspecto da comunicação e na emergência de novas linguagens – a própria comunicação sendo sempre linguagem – para focar numa das questões básicas desta investigação: a autoinformação e o autoconhecimento. Trata-se de saber que, neste novo mundo, as pessoas passaram a ter acesso a informações a que antes não tinham e, no caso, trata-se de informação sobre praticamente tudo! O intelectual de antes foi substituído pelo sujeito simples, o homem comum, desde que dotado de um computador conectado e um mínimo de curiosidade, e que passou a dominar assuntos antes exclusivos das camadas cultas e, sobretudo, a dos “formadores de opinião”, como antes eram conhecidos não apenas os que sabiam das coisas, mas, acima de tudo, os que tinham cultura. Uso aqui o termo *cultura* com o sentido que lhe deu Norbert Elias, a saber, o sujeito dotado de conhecimentos e atitudes próprias da sua educação formal e refinamento no trato das coisas cotidianas, um sujeito cultivado ou civilizado. Na origem, ou antes do advento da internet, tais atributos também indicavam um pertencimento ou uma situação de classe, pois acesso a informações, tanto quanto a formas “civilizadas” de existência, indicavam condição social ou, como diz o próprio Elias (1990, p. 34), “o vínculo com a estratificação social é muito claro no juízo estético”. Assim, as formas do juízo estético, a diferença do que é arte ou a apreciação do belo, eram atributos das classes cultas e, por extensão, também das abastadas.

De certo modo, o enfoque dessa abordagem corresponde àquilo que Manguel (2018, p. 85) define como intelectual, “palavra que adquire seu significado moderno na época de Shakespeare”: um sujeito dedicado aos livros e apartado do mundo, que tem conhecimento, que vive a vida entre conhecimentos e produzindo conhecimento, junto de outros socialmente iguais e que, por isso, acha-se em posição privilegiada e de certo modo a única na condição de interpretar o mundo para si e para os demais. Daí o costume na cultura ocidental de denominar esse específico sujeito como elite ou vanguarda – intelectual ou científica, – e assim o situar no conjunto das relações sociais e políticas. Como vanguarda, é um homem das luzes; não apenas sabe das coisas, mas antes está à frente dos demais, quase “uma desculpa para se diferenciar das massas” (Manguel, 2018, p. 101).

De fato, esse sujeito veio a ocupar um lugar especial no seio ou ao lado das classes governantes – um pertencimento de certo tipo, digamos – das quais, segundo Gramsci, tornou-se orgânico. A despeito de que todos os humanos podem ser vistos como intelectuais, posto não haver atividade humana da qual se possa excluir a participação do intelecto (ou do pensamento), praticamente todo o conhecimento produzido nos últimos duzentos anos foi derivado da organização racional da ciência e da educação formal, a ciência como específica forma de produzir verdades e, sobretudo, aquelas para a produção econômica e a guerra, alijando outras formas do saber ou outras maneiras de perceber e refletir sobre o mundo. Com isso, foram criadas eficazes barreiras sociais e políticas para impedir ou dificultar a presença do mundo “não intelectual” nas esferas decisórias ou na condução da sociedade (Gramsci, 2001).

No entanto, a condição de intelectual, antes da enorme expansão do ensino superior própria do século XX, dizia respeito a um grupo demograficamente pequeno. Hobsbawm (2013) estima que o conjunto de estudantes com participação ativa na política e nos acontecimentos revolucionários do século XIX não era superior a 10.000 pessoas (4.000 na Prússia). De todo modo, trata-se de um número que excedia as necessidades de “curadoria” intelectual às classes governantes, causando o surgimento do intelectual livre (*freelancer*). Sem dúvida, era um grupo “cultivado”, composto por artistas, escritores, maestros de vários matizes, filósofos, livres pensadores e ativistas políticos, gerando a identificação desse tipo de pessoa com a oposição socialista.

Saber das coisas ou delas ter conhecimento, das coisas grandes da sociedade e do país, da cultura e das artes, da economia e da política, saber opinar ou ter opinião relevante, o que significava *entender* das coisas, era próprio das camadas cultas ou intelectualizadas. A massa, isto é, o conjunto do povo não tinha opinião própria nem fruição dessas coisas. Um gosto popular, de certa forma, continha um juízo estético específico e recolhido na simplicidade da sua expressão, e era reproduzido na mesma extensão e condição de reprodução das classes trabalhadoras. Cores e formas, modos de ser – incluindo o vestuário –, e a apropriação da língua tinham as marcas dessa massa trabalhadora ou proletária (Boltanski, 1989; Caldas, 1988; Hobsbawm, 1987).

Naturalmente, isso nunca significou que as pessoas ou os componentes da massa não se expressassem nem tivessem opinião fosse sobre o que lhes pudesse interessar, somente que tal opinião não aparecia em público ou não era dada como representação adequada aos termos da *doxa* que regia os comportamentos socialmente aceitos e tornados válidos. Quando apareceriam, sobretudo na TV, como antes havia sido no cinema e no rádio, em geral, era na forma da anedota. Quaisquer que fossem eles, o posicionamento não interessava, pois estavam ali em confirmação ao *desajuste* da opinião culta.

O final do século XX, e particularmente este primeiro quartil do XXI, veio a encontrar profunda e radicalmente modificado esse cenário. Os intelectuais ou pessoas nessa posição já não são vistos como exclusivos emuladores das pautas da oposição ou da esquerda e, recuados, passaram a dividir a cena política com artistas e celebridades, e, mais recentemente, com *influencers* ou *youtubers*, como são denominados contemporaneamente

os agitadores nos meios digitais de massas. Tal declínio dos “grandes intelectuais prestativos”, disse Hobsbawm (1987, p. 231), deve-se principalmente “à despolíticação de cidadãos ocidentais num período de crescimento econômico e ao triunfo da sociedade de consumo”. Só mais recentemente, em razão da pandemia do SarsCov-2, é que cientistas e acadêmicos em geral foram reentronizados nas mídias, tendo alguns alcançado grande popularidade.

Nesse caso, devemos considerar as condições dadas para o surgimento de grupos radicais de extrema-direita ou direita alternativa, a *alt right* ou *far-right*, como denomina Teitelbaum (2020a). Eles não são a transformação da velha política conservadora; ao contrário, são coisa distinta dos grupos de direita tradicionais e, nestes tempos, aparecem como a marca registrada na política do Ocidente. É movimento internacional, ironia para quem advoga com veemente violência a dissolução dos mecanismos de governança mundial e os acordos multilaterais. São relativamente recentes. Surgiram na esteira da crise de 2008 e devem sua popularidade ao fato de terem conseguido catalisar a insatisfação generalizada na sociedade com relação ao estado de coisas promovido pelo neoliberalismo. O empobrecimento foi uma delas. Mas, antes, vieram a desestruturação das relações de trabalho e produção, com o consequente desemprego; o enfraquecimento do sistema previdenciário e da seguridade social em conjunto; e a volatilização da poupança pública. Acrescente-se a isso, no caso europeu, a grave questão dos enormes deslocamentos populacionais, particularmente os de países africanos, permanentemente atingidos pelas políticas belicistas dos antigos senhores coloniais. Enfim, as políticas neoliberais são isto: produzem empobrecimento, miséria, doença e morte precoce (Barr *et al.*, 2012; Chang *et al.*, 2013; Karanikolos *et al.*, 2013; Kentikelenis *et al.*, 2011, 2014; Stuckler; King; McKee, 2009, 2011, 2013). O filme *Eu, Daniel Blake* é o retrato eloquente desses tempos neoliberais, a cristalização da famosa frase de Margareth Thatcher quanto a não haver sociedade, apenas indivíduos.

Além de fatores *objetivos* ou estruturais, podem ser elencados outros de tipo *subjetivos*, culturais ou ideológicos, de certo mais importantes, originados em reação aos movimentos de afirmação identitária que surgiram depois da década de 1970, principalmente de sexo e gênero, mas também relacionados à cor da pele ou a qualquer outro que se queira e que se apresente sob esse rótulo. Igualmente, as pautas originadas no movimento dos direitos humanos, a crescente ênfase em processos educacionais emancipadores e a tendência em afirmar a autonomia de específicos grupos sociais deram origem a reações escandalosamente assemelhadas ao nazismo e ao fascismo. Algo em comum entre a perspectiva histórica ultrapassada e a contemporânea estava acontecendo. Uma nova era estava sendo determinada: “Foi a crise de valores e perspectivas tradicionais, talvez, acima de tudo o abandono da velha crença no progresso global da razão, da ciência e da possibilidade de melhorar a condição humana” (Hobsbawm, 2013, p. 231).

Em outros termos, tudo o que foi construído no Ocidente desde o grande movimento conhecido como Renascimento (Iluminismo, Esclarecimento ou Ilustração), inaugurado com Da Vinci, Bruno, Galileu e outros, com base no racionalismo e, portanto,

na ciência – nova forma de conhecer o mundo dispensando os recursos da metafísica –, esse arranjo tecnológico que imaginou poder dominar as forças do universo e que em tudo era a afirmação crescente da razão e do progresso, esse mundo começava a ruir. Ou, ao menos, a ser fortemente contestado como nunca fora antes, mundo que então começa a bater em retirada

[...] diante dos poderes antiuniversais de “sangue e solo” e das tendências radical-reacionárias que se desenvolvem em todas as religiões mundiais. Mesmo no Ocidente assistimos à ascensão de uma nova irracionalidade hostil à ciência, enquanto a crença num progresso irresistível dá lugar ao medo de uma inevitável catástrofe ambiental (Hobsbawm, 2013, p. 232).

Se a educação formal superior funcionou durante décadas ou, melhor dizendo, durante praticamente todo o século XX, como forma de propiciar ascensão às classes médias, por meio de empregos bem remunerados e valorizados socialmente, transformando assim esses novos emergentes em parte das camadas superiores da sociedade, aos olhos da massa, eles passaram a ser vistos como presunçosos e moralmente insatisfatórios, detentores de privilégios econômicos, de certo modo parasitas que ascenderam com o recurso de instituições duvidosas, particularmente as universidades, que nada mais seriam senão antros de propaganda marxista. Tais leituras, a de que estamos submetidos a formas ditatoriais com base no marxismo cultural, com intervenção e controle cada vez maior do Estado, passaram a ser reiteradamente comunicadas nas novas mídias em canais de novos formadores de opinião. É possível que o abismo criado entre essas camadas médias e a base da sociedade, a saber, a massa, apareça agora como uma nova forma de divisão de classes “entre aqueles cujo diploma universitário é um infalível bilhete de entrada para carreiras de prestígio e sucesso, e o ressentido resto” (Hobsbawm, 2013, p. 233).

É relevante insistir no fato concreto de que o estruturante desses eventos, parte não menos importante da economia política contemporânea, vem a ser as novas formas de comunicação e a emergência do ciberespaço, pois é igualmente fato que

[...] o mundo digital nasceu e cresce no terreno das formações socioeconômicas e políticas do capitalismo globalizado [...] *o espaço virtual* [...] [tem a ver] *com a turbulência social e política do nosso tempo – o conflito étnico, o ressurgimento do nacionalismo, a fragmentação urbana, a miséria e a fome nas periferias do mundo* (Santaella, 2003, p. 29, grifo nosso).

Todavia, esse enfoque ainda demanda compreender a emergência de dois importantes sujeitos, em íntima relação de dependência, a saber, as formas ideológicas do Tradicionalismo, como força política nova (e não apenas extensão dos velhos partidos de direita ou conservadores), em oposição ao cosmopolitismo da esquerda (ou a dos socialistas em geral) e as novas manifestações de religiões pentecostais ou evangélicas, que Hobsbawm denomina de “espetacular ressurgimento”, que faz delas “uma importante força política, muito embora não intelectual” (Hobsbawm, 2013, p. 233). Ambas encontram

nas mídias digitais o substrato mais que necessário para organizar a nova direita radical e, antes, a de conduzir a propaganda e a difusão em escala de informações de todo tipo, preferentemente as que cumprem a função de manter ocupadas as mentes e os corpos na guerra franca contra as mazelas do modernismo.

## 4. O MUNDO VIRADO DO AVESSO

As primeiras décadas do século XXI vieram a fornecer informações espantosamente inquietantes. O número de países invadidos ou de guerras pós-modernas crônicas aumentou, aumentando em escala a sensação de fragilidade coletiva no plano mundial. De um lado, houve colapso na confiança das forças do livre mercado e em sua propalada capacidade de propiciar um futuro melhor para todos. De outro, passou da expressão de ressentimento econômico na polaridade entre ricos e não ricos para a desconfiança e o ressentimento intelectual nos processos da vida cotidiana cada vez mais complexos, ou seja, entre o senso comum da vida diária e a incompreensibilidade das operações intelectuais que movimentam as estruturas em que repousa o funcionamento da sociedade. A crença no progresso com base na razão se esgarçou. Na África e na América Latina, teve início um processo de reconfiguração das antigas teorias da dependência, avançando para a compreensão dos impactos mais profundos do colonialismo (Dilger; Lang; Pereira-Filho, 2016; Santos; Meneses, 2010). No caso brasileiro, emergiram duas vertentes importantes: a do escravismo-racismo estrutural e a do patriarcalismo-machismo-sexismo-corpo. Verdade que esta última formação teórico-política emergiu em grupos minoritários também e antes na América do Norte e Europa Ocidental (Bourdieu, 2019; Butler, 2003; Goldberg, 2005; Preciado, 2022).

No entanto, esses movimentos teórico-políticos não tiveram a força para impedir as diferentes sociedades em diversos países de caírem no abismo ideológico em que iriam se meter. Desemprego e recessão, com aumento da pobreza e de ameaças à segurança e ao bem-estar públicos, fizeram recrudescer a simpatia de importantes setores do eleitorado pela extrema-direita. O nacionalismo, a xenofobia e a pauta de costumes, sobretudo coisas como casamento, família e sexualidade, ou a crença descabida e extemporânea na ameaça comunista ou no *perigo chinês*, ou, ainda, a cultura, a universidade e a ciência, em conjunto esses avatares tiveram forte apelo na mobilização de milhões de manifestantes em diversos países. Para muitos no Ocidente em crise, essa era uma perspectiva aterrorizante de um capitalismo que se transmutara, sendo agora “uma encarnação de compadres patrocinada pelo Estado” e enriquecidos por suas conexões políticas, e as formas aparentemente libertárias de egoísmo “que não se importava com a comunidade” (Teitelbaum, 2020a, p. 42).

Todo esse movimento não tem um único centro irradiador, um partido claramente identificável, por exemplo, nem mesmo pode ser compreendido com recursos de análise da ciência política convencional. São múltiplos e aparentam confusão, embora

compostos por diferentes vertentes e apresentando colorações e enfoques também distintos, merecendo destaque a organização política chamada *Movement* [ou Internacional Nacionalista] liderada por Steve Bannon, que se reúne com líderes mundiais da extrema-direita, promove eventos e investe na edição de livros e revistas.

Em conjunto, envolve a participação de milionários que financiam organizações, gente presente na política ou em posição no aparelho de Estado, editoras especialistas nesses temas, centros de espionagem tanto estatais quanto privadas, políticos e partidos de extrema-direita surgidos a não mais que duas décadas (Teitelbaum, 2020a, p. 103). Apesar disso, e como visto no recente caso brasileiro, os participantes desses movimentos atuam no particular, expressando individualidades e, a um só tempo, sentindo-se acolhidos “no geral”, não importando o quanto venham a parecer díspares, pois “todos encontram abrigo sob o manto difuso das novas crenças, um lugar agora habitado pela ideologia em estado puro” (Botazzo, 2021, p. 15).

Resumidamente,

[...] o Tradicionalismo acrescenta uma motivação espiritual para o que poderia ser simplesmente uma agenda política do populismo de direita, antiglobalista, antiprogressista. As pessoas podem aderir a isso por diferentes razões, como ressentimento econômico, racismo, anti-feminismo... Mas o Tradicionalismo oferece uma motivação religiosa [...] um certo mandato espiritual, com o desejo de destruir grandes organizações [pois] a seus olhos, a destruição é uma coisa boa (Teitelbaum, 2020b).

De certa maneira, o novo tipo de ativismo político aposta em formas aprimoradas e inovadoras, não exatamente na política e sim por meio da cultura, cuja estratégia toma como material “as artes, o entretenimento, o intelectualismo, a religião e a educação”, pois é nessas esferas em que “os nossos valores são formados, e não na cabine de votação. Quem conseguir alterar a cultura de uma sociedade terá criado a oportunidade política para si mesmo” (Teitelbaum, 2020a, p. 62).

Dito de outro modo, a política move-se com a cultura, o que ajuda a compreender eventos recentemente observados entre nós<sup>2</sup>. A diferença, portanto, está naquilo em que as pessoas acreditam. Nesse processo, novas crenças se misturam às antigas, e as redes sociais, o mundo digital e as realidades nele criadas se encarregam de manter a legião desses novos crentes conectados entre si, sem nenhum centro que possa ser ou identificado como *direção*, num processo que Hardt e Negri (2012) definem como *inteligência de enxame*. Em outras palavras,

De uma perspectiva externa, o ataque em rede é apresentado como um enxame porque parece informe. Como a rede não tem um centro que determine a ordem [...] apresenta-se como algo

<sup>2</sup> “[...] nos encontramos em um momento em que as pessoas estão buscando ideologias que parecem destoar tanto do padrão. E essa ideologia não é o comunismo, não é liberalismo, não é fascismo. O Tradicionalismo é tão fora do mapa que nenhum cientista político, nenhuma *think tank* em Washington, ninguém no Congresso e nenhum candidato à presidência jamais ouviu falar dele. E esse movimento ainda assim se sustenta. Há tanto desencanto, tanta frustração com o *status quo*, que nós vemos atores buscando alternativas radicais” (Teitelbaum, 2020b).

semelhante a um enxame de pássaros ou insetos num filme de terror, uma multidão de atacantes irracionais [...]. Se analisarmos o interior de uma rede, no entanto, veremos que é efetivamente organizada, racional e criativa. Tem a inteligência do enxame (Hardt; Negri, 2012, p. 130-131).

Assim, são definidas as novas “verdades”, as que irão “libertar”<sup>3</sup> o povo e “colapsar o sistema”: “é um movimento muito mais ágil e barato ... não precisa ter sedes e escritórios ... e todas essas coisas que criam obstáculos para ser um partido de extrema direita bem-sucedido” (Mulhall, 2022).

Uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação, construção de algoritmos com base em milhões de perfis capturados na internet, mensagens apropriadas a cada grupo, deformação da realidade, construção de narrativas que consolidem nas pessoas suas incertezas ou angústias, apontando caminhos (a verdade liberta), tudo isso amalgamado num movimento verdadeiramente transnacional (Empoli, 2020). Séries nas plataformas de *streaming* têm retratado isso de modo explícito, não bastassem estudos bem fundamentados que apontam para a manipulação da vontade popular em eleições recentes, do Brexit às campanhas de Presidência no Brasil em 2018 e 2022.

Nesse processo, entra o combustível mais novidadeiro dessas novas realidades: a produção e a disseminação em massa de conteúdos falsos, com *bombardeio* midiático feito com o uso de programas automáticos de envio de mensagens, uma novidade que se convencionou chamar de *fake news*. Notícias falsas, literalmente.

Nada a ver com possibilidades individuais ou ganhos pessoais, salvo nos conteúdos carismáticos ou evangélicos, de certo modo como teologia da prosperidade, e, todavia, apresentando valores éticos e espirituais e a perspectiva de regeneração moral num mundo corrompido. Falam em povo, ao “falar ao coração das pessoas”, e criam identidade comunitária, com base em coisas imateriais, como pátria, honra, liberdade. Isso quando toda a esquerda no Brasil hoje usa a categoria “população”, copiada da demografia, que simplesmente quer dizer o número de indivíduos que habitam determinado território. Isso é fortemente impessoal e nada sociológico, para não dizer reacionário.

Autores classificam as *fake news* em três categorias, de acordo com o tipo de mensagem que elas carregam: *a*) as que desinformam (informação inapropriada ou falsa, sem intenção explícita de mentir); *b*) as que são mentirosas (informação falsa, divulgada com o intuito de prejudicar); e, *c*) as que deformam uma informação verdadeira, divulgada com intuito de causar prejuízo. Para esses mesmos autores, é preciso distinguir entre propaganda, desinformação e notícia falsa propriamente. Claro que essas definições têm significações aproximadas ou que acabam se sobrepondo, e talvez apenas propaganda e

<sup>3</sup> Cf. o discurso de posse de Ernesto Araújo, como ministro-chefe do Itamaraty, em 2 de janeiro de 2019. A passagem do evangelho de João – conhecereis a verdade e a verdade vos libertará – foi feita com citação do original em grego [*gnosethe ten aletheian kai he aletheia eleutherosei humas*]. Nesse discurso fica destacada com clareza a filiação do então ministro aos princípios ideológicos do Tradicionalismo, particularmente nas críticas que faz ao globalismo e na elegia aos princípios cristãos (“amor”) que guiaram a “colonização” do Brasil. Ao lado disso, ele se manifestou em ocasiões cerimoniais e em artigos quanto à defesa intransigente da “cultura judaico-ocidental”, para ele significada pelos Estados Unidos da América. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=11Ze3oZ\\_ryo](https://www.youtube.com/watch?v=11Ze3oZ_ryo). Acesso em: 22 jan. 2023.

*fake news* expressem um campo semântico claramente mais bem definido. Em conjunto, podem determinar comportamentos e estilos, influir em escolhas e levar a manifestações políticas de amplos grupos que, em situação anterior, não o fariam, no mais das vezes se limitando a observar (Michael; Breaux, 2021; Council of Europe, 2023; Ferreira-Filho; Nascimento; Sá, 2012; Fonseca; Dias, 2021; Ibarra, 2022; Lima, 2022; Thijssen, 2017; Wardle; Derakhshan, 2017).

Como se encontra em um boletim do Conselho Europeu,

Propaganda, desinformação e notícias falsas têm o potencial de polarizar a opinião pública, promover o extremismo violento e o discurso de ódio e, em última análise, minar as democracias e reduzir a confiança nos processos democráticos.

Eles são usados para se referir a uma variedade de maneiras pelas quais o compartilhamento de informações causa danos, intencionalmente ou não – geralmente em relação à promoção de uma determinada causa ou ponto de vista moral ou político (Council of Europe, 2023).

Concernente a essa questão, é preciso salientar que as mídias, tradicionais ou não, expressam modos de ver comprometidos com a filiação política e ideológica do “proprietário da empresa”, como diria Fernando Morais (1994), e que a capacidade objetiva do jornalismo não passa de um cacoete da propaganda contemporânea. A esse respeito, e em consonância com o conceito relativo de “verdade” na informação, pesquisas indicam que o julgamento do que é verdadeiro ou falso nas edições acha-se em relação com a filiação ou a tendência política do leitor (Michael; Breaux, 2021).

## 5. EPÍLOGO

Neste artigo, procedemos, como recomendado, a explicações sociológicas segundo as quais a teoria social deve ser modelada pela observação da realidade social contemporânea vivida pelo pesquisador no trabalho de investigação. Dito de outro modo, “nosso entendimento deve adaptar-se ao mundo social contemporâneo, mudando, portanto, com a história” (Hardt; Negri, 2012, p. 189). Foi assim que inicialmente expusemos o entendimento sobre as novas realidades impostas pelo mundo digital ou, como vem sendo afirmado, pelas realidades criadas como sociedade de informação. Quanto à investigação, esta foi realizada no tempo em que o texto foi sendo escrito. Essas novidades digitais, antes apontadas como a revolução tecnológica que mudaria a face do mundo – quem poderia prever? –, indicam o ressurgimento de categorias já um pouco gastas, sociologicamente falando, a saber, o conceito de massa e o retorno da própria ideia do uso de mentiras na política.

É preciso realçar que massa não é um conceito moderno. Embora subsista uma afirmação quantitativa no que diz respeito ao número – uma quantidade massiva –, o termo existe nos textos políticos da antiguidade, os do Império Romano, seja quando são recriminadas

pelo seu comportamento turbulento, seja na condenação do seu gozo com os jogos no Coliseu, seja nas consequências que advêm das suas escolhas insensatas. Manguel dirá:

Já no século I, Sêneca vituperava o populacho ou as massas ignorantes: “os melhores deveriam ser preferidos e, no entanto, a massa escolhe os piores [...] Nada é tão pernicioso quanto ouvir as massas, considerando certo o que é aprovado pela maioria, e moldando nossa conduta pela dos que, em vez de viver de acordo com a razão, meramente se acomodam (Manguel, 2018, p. 80).

Essas massas aparecem como rebeldes e, todavia, identificadas com movimentos totalitários; ainda quando massa e multidão se confundem, que é como Le Bon dirá da multidão e de seu “comportamento irracional” e o fato [para ele] que a multidão “é a uniformização dos homens” [porque identifica constantemente a massa com o proletariado moderno e porque desejava diminuir o valor revolucionário das multidões que haviam sacudido a Europa]; ou, mais uma vez, o correspondente contemporâneo com Freud, que avançou na compreensão desse fenômeno justo quando da consolidação do nazi-fascismo na década de 1930 (Manguel, 2018, p. 80).

Seja como for que interpretemos, é preciso

Ter em conta a contradição pela qual as massas possuem, por um lado, a qualidade de união, de comunhão irrefletida [...] e, por outro lado, *costumam ser formadas por indivíduos que não se conhecem ou que só se conhecem superficialmente uns aos outros [...]* E, de um modo geral, sempre que se trata de comportamentos específicos das massas, é possível descobrir neles um momento de irracionalidade, que vai desde o pânico numa sala de teatro até, segundo parece, as pretensas sublevações de um povo inteiro (Horkheimer; Adorno, 1978, p. 78-79, grifo nosso).

Agora recentemente, quando Hardt e Negri (2012) recuperam o conceito de multidão e o fazem na esperança de que ela seja a condutora da revolução do nosso tempo, temos a oportunidade de ler sobre o comportamento alucinado das massas na parábola do louco exorcizado por Jesus, cujos espíritos que o atormentavam são transferidos para uma vara (de porcos) e, a seguir, para os animais, que, em perdição, precipitam-se num abismo. Com esses autores, pode-se dizer que “a multidão tem um lado sombrio”, e a um só tempo, em conformidade com o demônio, podemos dizer que “somos muitos”<sup>4</sup> (Hardt; Negri, p. 186).

Massa e multidão, manada e gado: nesse caso, entram os componentes finais dessa trama, pois, de certo modo, esse componente *gruppal*, como temos observado, expressa uma ideia potente de comunicação, já que é sempre *atividade simbólica*, como se fosse um estar-em-comum, “no qual entram em jogo diversas interpretações do existente, isto é, das situações objetivas, valores simbólicos e pontos de vista mais ou menos compartilhados”.

<sup>4</sup>“Jesus encontra um homem possuído por demônios e pergunta-lhe o nome, pois é necessário um nome para o exorcismo. O demônio responde, enigmaticamente: ‘Legião é o meu nome, porque somos muitos’. Os diabos pedem a Jesus que os transfira do homem para uma manada de porcos que está próxima. Os porcos, já agora possuídos, atiram-se de um penhasco e se afogam nas águas lá embaixo, num ato de suicídio em massa”. (idem, p. 186)

Isso ocorre justamente porque “na experiência comunicacional” se estabelecem processos de interlocução e interação, além de se criarem laços sociais entre os indivíduos que partilham as mesmas experiências e ressonâncias comuns (Santos, 2006, p. 214).

É assim que conteúdos ideológicos, vastamente as crenças dos sujeitos, não apenas são compartilhadas mas também *materialmente* têm reforçado seu processo de internalização, isto é, de estar em correspondência com as estruturas primárias do psiquismo, no sentido mesmo que lhe atribui Althusser, quando faz coincidir a crença [ideologia] com os dispositivos do inconsciente ao afirmar que “nossa proposição de que a ideologia não tem uma história pode e deve ser diretamente relacionada com a proposição freudiana de que o inconsciente é eterno, isto é, não tem história”, e, mais claramente, “a ideologia é eterna, exatamente como o inconsciente” (Althusser, 1996, p. 125). Essa proposição vem a ser justamente o centro da análise sobre a psicologia das massas em Freud, quando diz que

O mecanismo da identificação tem um lugar decisivo no processo de formação social, na cultura e na civilização [tendo início] ‘a sublimação dos impulsos sexuais’ [...] e a identificação com o líder, com os símbolos ou com a horda de seus próprios semelhantes [...] (Horkheimer; Adorno, 1978, p. 84-85).

É desse modo que as crenças que os grupos extremados professam se tornam convicções inabaláveis, e é por esse mesmo motivo que as tentativas “racionalistas” de convencimento são inúteis. Tudo aparece como coisas simples, faladas em frases curtas, repetidas à moda das ladainhas, que surpreendem pela facilidade da expressão das categorias do complexo agora transformadas em dispositivos linguísticos binários do tipo bom-mau/bem-mal, à moda de Maniqueu, o profeta persa (cerca de 216-276 a. C.). Para a multidão, essa possibilidade é irresistível, pois agora todos podem falar ou se pronunciar sobre qualquer coisa. Se são verdades ou mentiras, esse é um detalhe desprezível, tendo em vista o fato absurdo de ser “uma ferramenta organizacional mais eficaz que a verdade” (Empoli, 2020, p. 24). Nesse caso, são inúteis as tentativas de classificação em alguma ordem conhecida, como saber se são nazistas ou fascistas, porque, como demonstraram Araújo e Pereira, que analisaram sete vertentes ideológicas ligadas ao fenômeno, a pleora semântica indica apenas exuberância classificatória e qualquer categoria que se busque, ou nada explica ou é insuficiente, sendo, na maior parte dos casos, prontamente ultrapassada por novas manifestações “discursivas” ou daquilo que é falado, quer dizer, enunciado (Araújo; Pereira, 2016).

É preciso ainda caracterizar a natureza institucional do enunciado, *pois é como instituição* que ele se dá a perceber. A materialidade do enunciado é, na opinião de Machado (1988), *função institucional*: nesse sentido, um mesmo enunciado que seja formulado por sujeitos distintos (ou o mesmo sujeito) em lugares e circunstâncias diversos não resulta a mesma coisa. Assim, não apenas é coisa falada, se certa ou errada, mas antes a trama de significados e sentidos se acha na dependência de quem fala, de que lugar fala e por qual meio, que podemos denominar de *contextos significantes* (Machado, 1988, p. 168-169).

Isso também significa que nem tudo do observado é dizível, e nem sempre *dizer tudo* é melhor estratégia que sigilo ou discrição, seja nas relações políticas e nas questões do governo, seja – com igual razão – nas interpessoais.

Duas palavras mais ao ensaio de Arendt. É surpreendente que ela se manifeste com eloquência quanto às fraudes do Pentágono, mostrando-se ingenuamente escandalizada. Não precisava tanto, pois sabidamente o governo norte-americano mentiu tanto antes quanto depois da guerra do Vietnam. A lista é longa. Como exemplo, basta lembrar das supostas armas químicas de Saddam Hussein, que funcionaram como justificativa para a invasão do Iraque em 2003; ou as da Síria; ou ainda as manifestações “populares” contra Muammar al-Gaddafi da Líbia, em 2011. Por fim, a diferença entre o contemporâneo e o assunto que no século passado mereceu a atenção de Hannah Arendt é que a mentira, na política, hoje, navega pelas ondas eletromagnéticas e não tem pertencimento nem autoria definidos. São criadas, e a um só tempo acessadas em um toque por milhões. Ou seja, todos estão potencialmente na condição de ser formadores de opinião, de produzir ou divulgar *fake News*; governos, inclusive, se desejarem.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. *In*: ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.
- ARAÚJO, Enoque Fernandes; PEREIRA, Antonio Carlos. **A pandemia nas teias da política**. Piracicaba: Ed. dos Autores, 2021.
- ARAÚJO, Ernesto. **Discurso de posse - 02 de janeiro de 2019**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0Ei7lGXLSYg>. Acesso em: 5 jan. 2023.
- ARENDT, Hannah. **Crises da República**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, Coleção Debates [Política]. 2018.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BARR, Ben; TAYLOR-ROBINSON, David; SCOTT-SAMUEL, Alex; MCKEE, Martin; STUCKLER, David. Suicides associated with the 2008-10 economic recession in England: time trend analysis. **BMJ**, v. 345, p. e5142, 2012.
- BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC)/BBC BRASIL. **40 anos depois: dez coisas que você talvez não saiba sobre a Guerra do Vietnã**. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150430\\_vietna\\_guerra\\_fatos\\_pai](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150430_vietna_guerra_fatos_pai). Acesso em: 5 jan. 2023.
- BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- BOTAZZO, Carlos. Prefácio. *In*: ARAÚJO, Enoque Fernandes; PEREIRA, Antonio Carlos. **A pandemia nas teias da política**. Piracicaba: Ed. dos Autores, 2021. p. 9-18.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 19.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 22. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- CALDAS, Waldenyr. **Uma utopia do gosto**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura - A crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CHANG, Shu Sen; STUCKLER, David; YIP, Paul; GUNNELL, David. Impact of 2008 global economic crisis on suicide: time trend study in 54 countries. **BMJ**, v. 347, p. f5239, set. 2013.

CHOMSKY, Noam. **Mídia** - Propaganda política e manipulação. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

COUNCIL OF EUROPE. **Dealing with propaganda, misinformation and fake news**. Disponível em: <https://www.coe.int/en/web/campaign-free-to-speak-safe-to-learn/dealing-with-propaganda-misinformation-and-fake-news>. Acesso em: 5 jan. 2023.

DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA-FILHO, Jorge. (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre o pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1990. v. 1.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. Trad. Arnaldo Bloch. 1. ed. e 1. reimp. São Paulo: Vestígio, 2020.

FERREIRA-FILHO, Edson PINTO; NASCIMENTO, Marthan Francisquini do; SÁ, Reginaldo José de. **Redes Sociais Digitais**: uma Nova Configuração no Estilo de Vida da Contemporaneidade. 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/26116205.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FONSECA, Alexandre; DIAS, Juliana. (coord.). **Caminhos da desinformação**: evangélicos, fake news e WhatsApp no Brasil: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde, 2021.

FOUCAULT, Michel. **La arqueología del saber**. 11. ed. México: Siglo Veintiuno; 1985.

GOLDBERG, Miriam. Gênero e corpo na cultura brasileira. **Psicol. clin.**, v. 17, n. 2, 2005. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652005000200006>

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo). v. 2.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Declaração. Isto não é um manifesto**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão** - Guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2012.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos fraturados: cultura e sociedade no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HORKHEIMER, Max ADORNO, Theodor W. (org.). **Temas básicos da Sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1978.

IBARRA, Carlos Figueroa. **Derecha valiente y derecha cobarde**. México Política. 2022. Disponível em: [https://iela.ufsc.br/derecha-valiente-y-derecha-cobarde/?fbclid=IwAR1yHWfazkwcZj5tdgIJhKF6ofQViMk-32NHXxuvrnDF\\_3T5nola\\_xDrBuQ](https://iela.ufsc.br/derecha-valiente-y-derecha-cobarde/?fbclid=IwAR1yHWfazkwcZj5tdgIJhKF6ofQViMk-32NHXxuvrnDF_3T5nola_xDrBuQ); 2022. Acesso em: 20 jan. 2023.

KARANIKOLOS, Marina; MLADOVSKY, Philipa; CYLUS, Jonathan; THOMSON, Sarah; BASU, Sanjay; STUCKLER, David; MACKENBACH, Johan P. P; MCKEE, Martin. Financial crisis, austerity, and health in Europe. **The Lancet**, v. 381, n. 9874, p. 1323-1331, 2013.

KENTIKELINIS, Alexander; KARANIKOLOS, Marina; REEVES, Aaron; MCKEE, Martin; STUCKLER, David. Greece's health crisis: from austerity to denialism. **The Lancet**, v. 383, n. 9918, p. 748-753, 2014.

KENTIKELINIS, Alexander; KARANIKOLOS, Marina; PAPANICOLAS, Irene; BASU, Sanjay; MCKEE, Martin; STUCKLER, David. Health effects of financial crisis: omens of a Greek tragedy. **The Lancet**, v. 378, n. 9801, p. 1457-1458, 2011.

KLEIN, Naomi. **The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism**. New York: Metropolitan Books, 2007.

LIMA, Francisco Rohan. **Os laços revelados entre "austeridade" e fascismo**. 2022. Disponível em: [https://controversia.com.br/2022/12/02/os-lacos-revelados-entre-austeridade-e-fascismo/?fbclid=IwAR2z15v6veYagnf4joj7igcp4XcfqPd8uZWXdon-Zw\\_MXno\\_pYwI1LxI\\_H0](https://controversia.com.br/2022/12/02/os-lacos-revelados-entre-austeridade-e-fascismo/?fbclid=IwAR2z15v6veYagnf4joj7igcp4XcfqPd8uZWXdon-Zw_MXno_pYwI1LxI_H0). Acesso em: 20 jan. 2023.

LOSURDO, Domenico. **Stalin: História crítica de uma lenda negra; com um ensaio de Luciano Canfora**. 2. ed. 3. impr. Rio de Janeiro: Revan, 2020.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal; 1988.

MANGUEL, Alberto. **O leitor como metáfora** - A Torre de Marfim e a traça. São Paulo: SESC, 2018.

MATTOS, Alexandra; CARPES, Ataliba; TESSARI, Cláudio. United States (1971) – The Pentagon Papers: a liberdade de imprensa pode sofrer restrições? **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, v. 117, p. 265-282, jan. 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2022.

MICHAEL, Robert B.; BREAUX, Brooke O. The relationship between political affiliation and beliefs about sources of “fake news”. **Cognitive Research: Principles and Implications**, [s. l.], v. 6, n. 6, 2021. Disponível em: <https://cognitiveresearchjournal.springeropen.com/track/pdf/10.1186/s41235-021-00278-1.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022.

MORAIS, Fernando. **Chatô, o Rei do Brasil** - A vida de Assis Chateaubriand, um dos brasileiros mais poderosos do século XX. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

MULHALL, Joe. “A extrema direita finca raízes no poder”. Entrevista a Luis Costa. **Revista Cult**, n. 287, nov. 2022.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Brasil tem 54 bilionários em 2023 na lista da Forbes**. Disponível em <https://investidor.estadao.com.br/mercado/brasil-tem-54-bilionarios-2023-forbes/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

PRECIADO, Paul. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: Zahar, 2022.

ROMANO, Rogério T. Pentagon papers: um conflito entre a verdade e a mentira. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 24, n. 5830, jun. 2019. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/74714>. Acesso em: 7 fev. 2023.

SANTAELLA, Lucia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **Revista FAMECOS**, n. 22, dez. 2003. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3229/2493>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço** - Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

STUCKLER, David; KING, Laurence; MCKEE, Martin. Mass privatisation and the post-communist mortality crisis: a cross-national analysis. **The Lancet**, v. 373, n. 9661, p. 399-407, 2009.

STUCKLER, David. Recessions can hurt, but austerity kills. Entrevista. **The Guardian**, maio 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2013/may/15/recessions-hurt-but-austerity-kills>. Acesso em: 8 jan. 2023.

STUCKLER, David; BASU, Sanjay, COUTTS, Adam; MCKEE, Martin. Effects of the 2008 recession on health: a first look at European data. **The Lancet**, v. 378, n. 9786, p. 124-125, 2011.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra pela eternidade** - O retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: Unicamp, 2020a.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Entrevista a El País**. 2020b. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-12/benjamin-teitelbaum-destruicao-e-a-agenda-do-tradicionalismo-a-ideologia-por-tras-de-bolsonaro-e-trump.html>. Acesso em: 18 jan. 2023.

THIJSSSEN, Yori. **Breaking the news: the effects of fake news on political attitudes**. Master Thesis. Faculty of Behavioural, Management and Social Sciences. Master Communication Studies. University of Twente. Disponível em: [https://essay.utwente.nl/72995/1/Thijssen\\_MA\\_BMS.pdf](https://essay.utwente.nl/72995/1/Thijssen_MA_BMS.pdf). Acesso em: 18 jan. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu** - A retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information Disorder Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. **Council of Europe Report**, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>. 2017. Acesso em: 18 dez. 2023.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 7. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1992.

ZIZEK, Slavoj. **Vivendo no fim dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012.